

Aprovado por  
manunidade.  
Em 31/03/2016  
O Presidente  
[Signature]



Fundação Algarvia  
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

## RELATÓRIO E CONTAS 2015



Faro, 31 de Março de 2016

[Signature]

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Enquadramento Macroeconómico	3
1.2 Linhas de Orientação Estratégica	5
1.3 Respostas Sociais Atuais	6
1.3.1. Educação	6
1.3.2. Saúde	7
1.4. Respostas Sociais Futuras	7
1.4.1. UCCI de Monchique	7
1.4.2. Projetos a desenvolver	8
1.5 Actividades Culturais	8
1.6 Manutenção de Imóveis	8
1.7 Marketing	9
1.8 Recursos Humanos	9
1.9 Análise Económica	11
1.9.1. Resultados	11
1.9.2. Rendimentos	11
1.9.3. Gastos	13
1.9.4. Indicadores	14
1.10 Fornecedores	14
1.11 Agradecimentos	14
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2015	17
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2015	18
3. PROPOSTA	19
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	20
5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	21
6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	24

## 1. RELATÓRIO

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem a Administração submeter à apreciação e deliberação do Conselho de Fundadores o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Pretende-se com este documento fazer a síntese possível da actividade desenvolvida pela Instituição durante o ano de 2015, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspectivas de evolução futura.

### 1.1 Enquadramento Macroeconómico

A economia mundial desacelerou o seu ritmo de crescimento em 2015 (3,1% vs. 3,4% em 2014, World Economic Outlook, FMI, janeiro 2016), encerrando diferentes comportamentos por áreas geográficas.

No contexto das economias desenvolvidas distinguiram-se favoravelmente o Reino Unido e os EUA. O PIB do Reino Unido cresceu 2,2% em 2015 (World Economic Outlook, FMI, janeiro 2016). Os EUA encontram-se numa fase de crescimento económico moderado, tendo em 2015, o PIB crescido cerca de 2,5% e a taxa de desemprego continuou a cair atingindo 5%. A inflação foi menor em virtude da queda no preço do petróleo. Este enquadramento levou à subida do intervalo da taxa diretora do FED em dezembro de 2015 para 0,25%-0,5%.

Na zona Euro, o crescimento do PIB acelerou, passando de 0,9% em 2014 para 1,6% em 2015. A inflação continuou em taxas próximas de 0%, o que levou o BCE a reduzir novamente as suas taxas de referência e a implementar novas medidas de *quantitative easing*.

No âmbito da economia portuguesa, esta registou um ritmo de crescimento do PIB em torno de 1,5 % em 2015, marcado pelo comportamento positivo das exportações. Manteve-se a persistência de um elevado nível de desemprego e um nível de inflação historicamente baixo.

Em termos globais, a situação é caracterizada pelo avolumar de incertezas, incluindo as que resultam do aumento de tensões geopolíticas em diferentes partes do mundo. A expectativa de persistência de níveis muito baixos de crescimento, acompanhada de perspetivas de deflação em várias economias desenvolvidas, como a UE e o Japão, são um fator de debilidade das perspetivas de crescimento do comércio mundial. Três fatores principais continuam a influenciar a perspetiva global: (1) o abrandamento gradual e reequilíbrio da atividade económica na China, (2) preços mais baixos para energia e

outras commodities, e (3) um gradual aperto na política monetária nos Estados Unidos, no contexto em que vários bancos centrais continuam a aliviar a política monetária.

Resumo dos principais indicadores económicos:

Fonte: Banco de Portugal

Indicador		2014	2015
PIB em volume (tvh %)	PT	0,9	1,5
	AE	0,9	1,6
Consumo privado em volume (tvh %)	PT	2,2	2,6
	AE	0,8	1,7
Taxa de desemprego (%)	PT	13,9	12,4
	AE	11,6	10,9
Índice harmonizado de preços no consumidor (tvh %)	PT	-0,2	0,5
	AE	0,4	0,0

Tabela n.º 1 - Resumo dos principais indicadores económicos

Segundo o Banco de Portugal, as projeções para a economia portuguesa apontam para um crescimento do PIB de 1,7 por cento em 2016 e 1,8 por cento em 2017.

O consumo privado deverá registar um crescimento de 2,6 por cento em 2015, mantendo o perfil ascendente iniciado no final de 2013. Os preços no consumidor, medidos pelo Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), aumentaram 0,5 por cento em 2015, após uma diminuição de 0,2 por cento em 2014. A aceleração dos preços da componente não energética, embora relativamente generalizada, é explicada em grande medida pelo aumento dos preços dos bens alimentares processados, refletindo um efeito de base associado à queda observada no ano anterior.

Resumo das projeções económicas:

Fonte: Banco de Portugal

Indicador		Data Projeção	2016	2017	2018
PIB (tvh %)	PT	09-12-2015	1,7	1,8	n.
	AE	10-03-2016	1,4	1,7	1,8
Índice harmonizado de preços no consumidor (tvh %)	PT	09-12-2015	0,6	1,1	1,6
	AE	10-03-2016	0,1	1,3	1,6

Tabela n.º 2 - Resumo das projeções económicas



## 1.2 Linhas de Orientação Estratégica

O ano de 2015 foi um ano de realizações e de apostas de futuro. Relatar a actividade tem, para nós, um sabor, um sentido e um significado muito especial.

Foi um ano de alterações significativas, cujos resultados, estamos convencidos, modificarão de forma radical a imagem e o futuro da FADS. Destacamos o seguinte:

- Entrada em funcionamento do Jardim de Infância do Montenegro;
- Contratualização das camas remanescentes da UCCI Milreu;
- Aquisição das instalações da Creche e do Jardim de Infância de Faro;
- Aquisição de instalações para desenvolvimento da área da formação profissional.

O grau de execução do plano de actividades, não obstante algumas variações, tem revelado, ao longo dos anos, comportamentos excelentes, algo que se torna mais vincado se o compararmos com outros exemplos de execução. Em 2015, mantivemos esses atributos, prova inequívoca da boa-fé e do rigor que esteve na base da elaboração do plano de actividades e respectivo orçamento.

Todas as decisões tomadas, indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, decorreram da realização de diversas reuniões, destacando-se, para além das reuniões do Conselho de Administração, as reuniões mensais da Comissão Executiva da área da Educação, do Conselho Diretivo da UCCI Milreu e do Departamento Financeiro e Administrativo.

Pautámos a nossa actividade com muita prudência e segurança, quer nos actos de investimento praticados, quer na gestão diária e corrente, impondo uma dinâmica empresarial, especialmente no controlo de custos e avaliação da performance. Foi efetuado um controlo de gestão e avaliação da performance por centro de resultados, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos.

A Administração considera que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades sem fins lucrativos cuja sobrevivência depende de subsídios efetuados por outras instituições. Neste âmbito encetámos contactos com um conjunto de entidades no intuito de encontrar eventuais mecenas interessados em apoiar e/ou partilhar este projecto.

Durante o ano de 2015, tal como em anos anteriores, beneficiamos da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.



É intenção da Fundação expandir a sua actividade, quer no apoio à infância, quer na prestação de cuidados de saúde, sempre em articulação com as respetivas autarquias ou outras entidades abertas a parcerias que tenham em vista a resolução de quaisquer problemas de índole social.

A acreditação da Fundação enquanto entidade formadora está em desenvolvimento e esperamos concluir este processo durante o 1.º semestre de 2016. Pretendemos ser uma entidade de referência na área da formação de educação e da saúde.

Estudámos e analisámos em profundidade todos os apoios que foram criados pela segurança social e outras instituições, no intuito de expandir, modernizar e diversificar a nossa actividade.

Respondendo às recomendações da Segurança Social continuámos a preparação do processo de gestão da qualidade. Pretende-se preparar uma futura certificação da instituição.

### 1.3 Respostas Sociais Atuais

#### 1.3.1. Educação

No ano de 2015 efetuámos a gestão de 7 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 474 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Valência	Ocupação Atual	Utentes Comparticipados
Creche Faro	68	68
Jardim Infância Faro	75	74
ATL	82	82
Creche Olhão	40	32
Jardim Infância Olhão	75	50
Creche Montenegro	84	66
Jardim Infância Montenegro	50	0
<b>Total</b>	<b>474</b>	<b>372</b>

Tabela n.º 3 – Ocupação durante o ano de 2015 - Educação

Em setembro de 2015 iniciou-se a exploração do Jardim de Infância do Montenegro com capacidade para 75 utentes. Atualmente esta valência não tem contrato de comparticipação. Estão a ser desenvolvidos esforços para que esta valência seja comparticipada.



Tal como em anos anteriores, realça-se a grande procura para o ano letivo de 2015/2016. No que diz respeito a valores de mensalidades, da responsabilidade dos utentes, após a diminuição sentida nos últimos anos, verificou-se um aumento de 6.3% face ao ano anterior.

### 1.3.2. Saúde

No ano de 2015 efetuámos a gestão da UCCI Milreu, com capacidade para 47 utentes. Desde setembro de 2015 que a lotação é totalmente comparticipada. Verificou-se uma capacidade média de ocupação de 96%, acima do limiar dos 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%.



Gráfico n.º 1 – Taxa de Ocupação UCCI Estoi

Desde a submissão da candidatura ao programa modelar, em 2009, até o momento, foram várias as variáveis que se alteraram:

- Inexistência de aumento da comparticipação do estado para exploração;
- Aumento da taxa de Segurança Social e dos custos previsíveis de funcionamento;
- Aumento do *spread* do financiamento.

Durante o ano de 2015 foi realizada uma reestruturação da direção clínica e da equipa de médicos com o intuito de melhorar o serviço prestado e desenvolver outras áreas do setor da saúde.

### 1.4. Respostas Sociais Futuras

#### 1.4.1. UCCI de Monchique

A construção da UCCI de Monchique foi suspensa após despacho do gabinete do Secretário de Estado da Saúde. O Financiamento do estado foi suspenso para todas as unidades que ainda não tinham iniciado a construção. Sem o financiamento a fundo perdido do programa modelar não será possível o investimento.

#### 1.4.2. Projetos a desenvolver

Após a estabilização do funcionamento da UCCI Milreu pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos. Durante o ano de 2015 foram constituídas equipas de trabalho para estudar e planear os seguintes projetos:

- Formação profissional;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Refeitório Social;
- Extensão dos serviços médicos da UCCI à comunidade de Estoi.

#### 1.5 Actividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, continuámos a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops* e exposições.

A Fundação, tal como em anos anteriores, deu a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Durante o ano de 2015 iniciou-se a preparação/dinamização dos seguintes eventos:

- Organização do dia da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização do 2.º seminário de educação em parceria com a Universidade do Algarve;
- Organização da 1.ª caminhada da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização de diversos *workshops*;

#### 1.6 Manutenção de Imóveis

Tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição, investimos na manutenção e reparação de todos os imóveis, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais.



Foram efetuados os seguintes trabalhos de reabilitação/melhoramento nas valências:

- Reabilitação da Creche de Faro;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Faro;
- Reabilitação da Creche de Olhão;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Olhão;
- Reabilitação do ATL.

### 1.7 Marketing

Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade. O site da FADS foi totalmente renovado em 2015. Dinamizámos a utilização de redes sociais com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição.

Durante o ano de 2015 estudamos e preparamos a organização e presença num conjunto de eventos que possibilitam dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

Tal como em anos anteriores realizamos a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências. O resultado é bastante positivo seguindo as avaliações dos anos anteriores.

### 1.8 Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer colaborem com ou dirijam a FADS, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos foi e continua a ser um dos nossos principais objetivos.

O contexto recessivo da situação económica do país, tem reflexos diretos no âmbito das atividades desenvolvidas pela Instituição e neste contexto, durante o ano de 2015 procuramos um ponto de equilíbrio, entre as necessidades de continuidade de prestação dos múltiplos serviços que constituem o desiderato da Instituição, o necessário incremento dos mesmos, bem como a criação de condições para os novos projetos a implementar. Importa assim, em função das características concretas dos colaboradores, gizar estratégias que permitam uma rentabilização máxima dos mesmos e garantir que os colaboradores possuam o perfil ideal para a Instituição atingir os objetivos traçados.



A Administração confia em todos os que trabalham na Fundação, mas apelou constantemente para que exerçam um apertado e persistente auto-controlo, que evite o desperdício de recursos.

Em 31 de Dezembro de 2015, a FADS tinha 124 colaboradores dependentes e 22 independentes. Destes, 68% estão afetos à educação e os restantes 32% afetos à área da saúde.

Existem protocolados 9 contratos Estágio Emprego, 16 contratos de trabalho medida estímulo e 12 aprovações de isenção de contribuições para a segurança social da entidade patronal. Estes apoios representaram um subsídio à exploração de 82.111,12 € durante o ano de 2015.

Área	Dependentes	Independentes	Total	%
Educação	100	0	100	68%
Saúde	24	22	46	32%
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>22</b>	<b>146</b>	<b>100%</b>

Tabela n.º 4 – N.º de trabalhadores por área de atividade

Tal como em anos anteriores, procurámos intensificar a formação nas áreas consideradas fundamentais ao bom desempenho profissional. Foram realizadas as seguintes formações internas durante 2015:

Formação	Duração
Oxigénio e gases medicinais	1.5 Horas
Posicionamentos, mobilização, transferências e transporte de utentes	1.5 Horas
Equipamentos e montagem de sistemas de aspiração	1.5 Horas
Limpeza das unidades: recomendações de boas práticas	1.5 Horas
Isolamentos em unidades de saúde	1.5 Horas
Adrenalina e Glucagon: Fármacos em SOS	1.5 Horas
Medidas de autoproteção	1.5 Horas
Gestão de conflitos	4 Horas
Motivação de equipas	4 Horas

Tabela n.º 5 – Formações realizadas em 2015

Para além destas formações foram efetuadas diversas formações no posto de trabalho diretamente pelos nossos colaboradores mais experientes e em várias funções.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, possibilitámos, tal como em anos anteriores, diversos estágios aos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e de outras instituições. Alguns destes estagiários têm sido contratados posteriormente.



## 1.9 Análise Económica

### 1.9.1. Resultados

A continuidade da política de controlo de gastos, associada a um crescimento dos rendimentos, permitiu que a Fundação apurasse neste exercício um resultado líquido positivo de 30.443,45 euros. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi de 366.489,33 euros. Ambos diminuíram face ao período anterior. No gráfico seguinte pode-se observar a evolução do resultado líquido e do EBITDA da FADS ao longo dos últimos 10 exercícios.

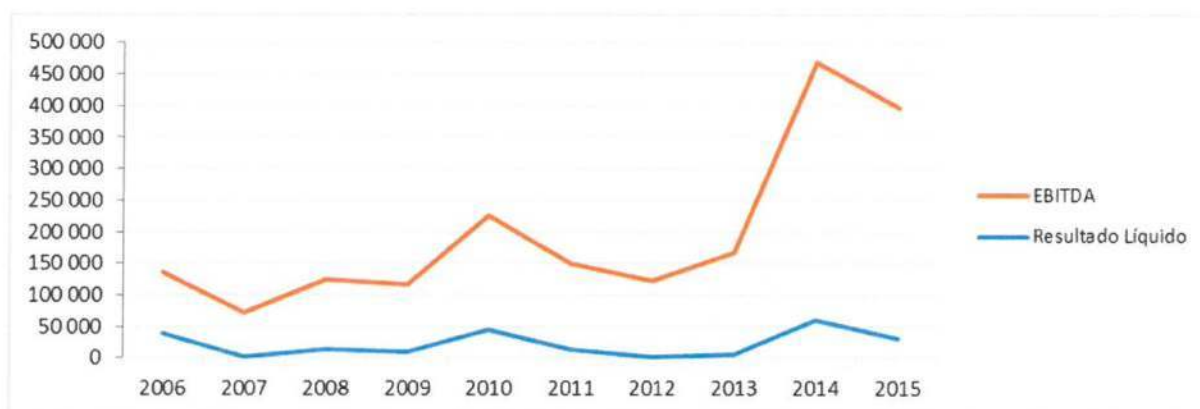


Gráfico n.º 2- Evolução do resultado líquido e do EBITDA

### 1.9.2. Rendimentos

Os rendimentos totais ascenderam a 2.732.388,42 euros, registando um acréscimo global de 3.5% explicado pelo aumento das mensalidades da educação e pela contratualização das camas remanescentes da UCCI Milreu.

A rubrica de prestação de serviços considera as matrículas e mensalidades de utentes de educação e os encargos de apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu. As prestações de serviços ascenderam a 955.342,73 euros, registando um acréscimo global de 8.3%. Consta-se que a área da educação apresentou um aumento de 6.3% e a área da saúde um aumento de 14%. Na tabela seguinte observa-se a evolução das prestações de serviços por área de atividade.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição
Educação	680 449.26	685 869.82	697 738.79	684 590.90	648 726.77	689 610.18	6.3%
Saúde				41 180.01	233 146.09	265 732.55	14.0%
<b>Total</b>	<b>680 449.26</b>	<b>685 869.82</b>	<b>697 738.79</b>	<b>725 770.91</b>	<b>881 872.86</b>	<b>955 342.73</b>	<b>8.3%</b>

Tabela n.º 6 - Evolução das prestações de serviços por área de atividade

A rubrica de subsídios, doações e legados à exploração considera o seguinte:

Subsídio	Área de Atividade
Contratos de comparticipação financeira Educação	Educação: Creche, Jardim de Infância e ATL
Encargos com os cuidados de saúde	Saúde: UCCI Estoí
Encargos com medicamentos	Saúde: UCCI Estoí
Encargos com os cuidados de apoio social	Saúde: UCCI Estoí
Encargos com utilização de Fraldas	Saúde: UCCI Estoí

Tabela n.º 7 - Subsídios, doações e legados à exploração

Durante o ano de 2015, na área da saúde, o valor diário a receber por utente, previsto na Portaria n.º 220/2011 de 1 de Junho foi o seguinte:

Tabela de Preços RNCCI	Valores
Encargos com os cuidados de saúde	18.61
Encargos com medicamentos	10.00
Encargos com os cuidados de apoio social	30.34
Encargos com utilização de Fraldas	1.24
<b>Valor diário a receber por utente</b>	<b>60.19</b>

Tabela n.º 8 – Preços dos cuidados de saúde

Os subsídios ascenderam a 1.717.105,76 euros, registando um acréscimo global de 1.2%. Fazendo uma análise por área de atividade constata-se que a área da educação apresentou uma diminuição de 0,4%, fruto da alteração do contrato de comparticipação do ATL, e a área de saúde aumentou 7.6% em resultado do aumento das camas comparticipadas. Na tabela seguinte observa-se a evolução dos subsídios:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição
Educação	771 315.84	902 166.99	900 099.48	905 482.08	901 416.94	897 986.97	-0.4%
Saúde				128 624.45	672 377.83	723 149.62	7.6%
Apoio Contratação	20 850.09	20 408.64	15 985.46	49 785.57	115 198.36	80 940.22	-29.7%
POPH	5 403.72	15 618.01	20 738.06	5 022.77	8 130.66	10 028.95	23.3%
Outros	23 166.00	8 249.81			419.45	5 000.00	1092.0%
<b>Total</b>	<b>820 735.65</b>	<b>946 443.45</b>	<b>936 823.00</b>	<b>1 088 914.87</b>	<b>1 697 543.24</b>	<b>1 717 105.76</b>	<b>1.2%</b>

Tabela n.º 9 - Evolução dos subsídios por área de atividade



### 1.9.3. Gastos

Os gastos totalizaram o montante de 2.701.944,97 euros, o que representa um aumento de 4.7%. O contrato com o principal fornecedor de géneros alimentares foi renegociado o que justifica uma diminuição do consumo de géneros alimentares em 8.8%. Os juros suportados diminuirão 15% fruto das taxas de juro historicamente baixas.

Os gastos com o pessoal aumentaram 6.8% justificado pela abertura do Jardim de Infância do Montenegro, aumento da lotação da UCCI Milreu e contratação de colaboradores que estavam abrangidos por medidas de apoio à contratação. Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 13%, em resultado do aumento dos gastos de funcionamento e aumento de utentes e as depreciações aumentaram 7.4% devido às depreciações da 1.ª fase do Jardim de Infância do Montenegro e da aquisição das instalações da Creche e Jardim de Infância de Faro.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição
Géneros Alimentares	127 903.10	129 056.42	153 490.00	127 880.59	230 531.66	210 147.77	-8.8%
Fornecimentos e serviços externos	213 939.46	218 407.99	213 215.56	291 525.46	508 041.16	574 082.36	13.0%
Gastos com o Pessoal	1 100 762.18	1 160 211.03	1 209 317.97	1 275 362.58	1 474 969.23	1 574 958.35	6.8%
Depreciações	88 021.56	88 854.18	88 863.57	104 223.06	173 752.46	186 527.82	7.4%
Outros gastos e perdas	4 328.61	41 268.14	7 856.66	11 482.33	18 009.13	6 682.76	-62.9%
Juros Suportados	48 730.22	37 489.00	33 729.91	53 155.74	175 955.99	149 545.91	-15.0%
<b>Total</b>	<b>1 583 685.13</b>	<b>1 675 286.76</b>	<b>1 706 473.67</b>	<b>1 863 629.76</b>	<b>2 581 259.63</b>	<b>2 701 944.97</b>	<b>4.7%</b>

Tabela n.º 10- Evolução dos gastos

Os gastos com o pessoal mantêm-se como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da FADS, representado 58% dos gastos totais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos com 21%. De seguida apresenta-se a estrutura de gastos em 2015

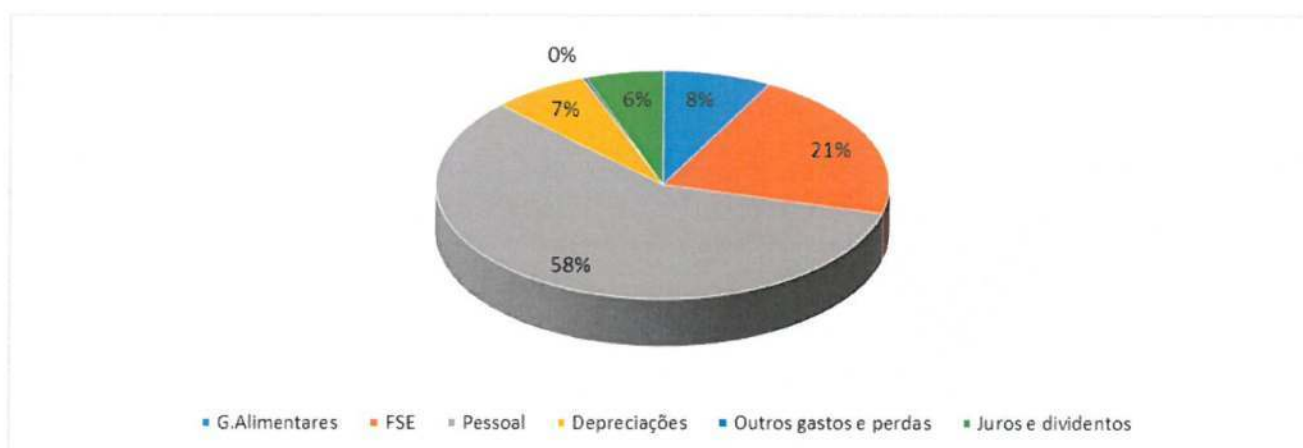


Gráfico n.º 3- Estrutura de gastos



#### 1.9.4. Indicadores

Do total dos rendimentos da instituição, 58% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal. Na tabela seguinte pode-se observar a evolução do peso de gastos e rendimentos desde 2006.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gastos com Pessoal / total rendimentos	69%	75%	74%	72%	68%	69%	71%	68%	56%	58%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	8%	8%	8%	8%	8%	8%	9%	7%	9%	8%
FSE / total rendimentos	12%	10%	9%	11%	13%	13%	12%	16%	19%	21%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	63%	61%	61%	63%	62%	59%	58%	57%	60%	61%
Subsídios / Gastos com Pessoal	81%	72%	71%	73%	75%	82%	77%	85%	115%	109%
Mensalidades / gastos totais	46%	46%	45%	46%	43%	41%	41%	39%	34%	35%
Subsídios / gastos totais	58%	54%	53%	53%	52%	56%	55%	58%	66%	64%

Tabela n.º 11- Indicadores diversos

As mensalidades recebidas são suficientes para fazer face a 61% dos gastos com o pessoal e apenas 35% dos gastos totais, o que reforça a grande dependência da instituição de subsídios atribuídos por terceiros.

#### 1.10 Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos.

Como resultado deste trabalho o contrato com o principal fornecedor de géneros alimentares foi renegociado, reduzindo 9.2% na área da educação e 17.4% na área da saúde. Durante o ano foram ainda renegociado um conjunto de contratos com prestadores de serviços permitindo à FADS poupanças consideráveis sem perda da qualidade do serviço.

#### 1.11 Agradecimentos

Ao concluir este Relatório de Actividades, a Administração, quer ainda expressar o seu agradecimento:

- Aos trabalhadores é justo reconhecer o trabalho e esforço realizado, a dedicação assumida nas suas tarefas, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos;
- Ao Conselho de Fundadores e aos membros dos demais Órgãos Sociais;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro e ARS Algarve;
- Ao Novo Banco, Montepio Geral e Caixa Geral de Depósitos enquanto instituições financeiras que apoiam o projecto da Fundação;

- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica as contas;
- Aos restantes fornecedores de Produtos e Serviços.

Faro, 31 de Março de 2016

A Administração

  
(Luís Coelho)

  
(Nuno Carrilho)

  
(Fernando Marques)

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



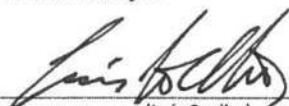
**2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2015**

RUBRICAS	Datas	
	31-12-2015	31-12-2014
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Activos fixos tangíveis	6 847 377.68	6 180 599.86
Bens do património histórico e cultural		
Propriedades de investimento		
Activos intangíveis	4 393.08	1 723.78
Investimentos financeiros	2 919.05	1 364.49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Subtotal	6 854 689.81	6 183 688.13
<b>Activo corrente</b>		
Inventários		
Clientes	46 159.74	45 257.41
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros Entes Públicos	40 825.31	9 843.42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Outras contas a receber	99 877.16	82 334.76
Diferimentos	4 873.48	3 225.68
Outros activos financeiros		
Caixa e depósitos bancários	151 297.89	147 305.98
Subtotal	343 033.58	287 967.25
<b>Total do activo</b>	<b>7 197 723.39</b>	<b>6 471 655.38</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Fundos	239 423.00	239 423.00
Excedentes técnicos		
Reservas	792 182.75	789 196.38
Resultados transitados	-87 998.52	-144 739.50
Excedentes de revalorização		
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 179 093.08	1 204 612.24
Resultado Líquido do período	30 443.45	59 727.35
<b>Total do fundo do capital</b>	<b>2 153 143.76</b>	<b>2 148 219.47</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões		
Provisões específicas		
Financiamentos obtidos	3 581 972.33	3 197 205.81
Outras contas a pagar	327 069.66	333 107.00
Subtotal	3 909 041.99	3 530 312.81
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	185 807.91	177 832.23
Adiantamentos de clientes		
Estado e outros Entes Públicos	38 773.76	69 389.58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Financiamentos obtidos	190 300.67	65 991.00
Diferimentos	205 838.73	235 244.27
Outras contas a pagar	514 816.57	244 666.02
Outros passivos financeiros		
Subtotal	1 135 537.64	793 123.10
<b>Total do passivo</b>	<b>5 044 579.63</b>	<b>4 323 435.91</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>7 197 723.39</b>	<b>6 471 655.38</b>

## 2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2015	2014
Vendas e serviços prestados	955 342.73	881 872.86
Subsídios, doações e legados à exploração	1 717 105.76	1 697 543.24
Ganhos/Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreend. Conjuntos	-550.04	
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-210 147.77	-230 531.66
Fornecimentos e serviços externos	-574 082.36	-508 041.16
Gastos com o pessoal	-1 574 958.35	-1 474 969.23
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	59 912.08	61 527.74
Outros gastos e perdas	-6 132.72	-18 009.13
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>366 489.33</b>	<b>409 392.66</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-186 527.82	-173 752.46
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>179 961.51</b>	<b>235 640.20</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	27.85	44.14
Juros e gastos similares suportados	-149 545.91	-175 955.99
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>30 443.45</b>	<b>59 728.35</b>
Imposto sobre o rendimento do período		
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>30 443.45</b>	<b>59 728.35</b>

A Administração

  
 (Luís Coelho)

  
 (Nuno Carrilho)

  
 (Fernando Marques)

A Contabilista Certificada

  
 (Ana Martins)

### 3. PROPOSTA

A Administração da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social apresenta ao Conselho de Fundadores a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2015;
2. Que os resultados obtidos no montante de 30.443,45 euros tenham a seguinte aplicação:
  - a) A importância de 1.522,17 euros para Reserva Legal;
  - b) A importância de 28.921,28 euros para Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores da Fundação e a todas as entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2015, sem os quais a gestão relatada não podia ter sido possível.

Faro, 31 de Março de 2016

A Administração

  
(Luís Coelho)

  
(Nuno Carrilho)

  
(Fernando Marques)

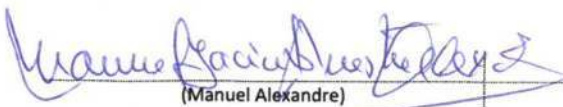
#### 4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Fundadores:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos apresentar ao Conselho de Fundadores o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora que exercemos na FUNDAÇÃO ALGARVIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e o nosso Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, que nos foram entregues pelo Conselho de Administração para apreciação e parecer.
2. Durante o ano, acompanhámos com regularidade a actividade desenvolvida pela Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração todos os elementos e esclarecimentos necessários ao exercício das nossas competências.
3. No desempenho da nossa ação fiscalizadora, procedemos à verificação dos livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, tendo prontamente recebido dos serviços a colaboração necessária.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação das Contas emitida pela Sociedade de Revisores de Contas, com a qual manifestou a sua concordância.
5. O Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se elaborados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais complementados com as Notas explicativas traduzem com veracidade a situação financeira e patrimonial da Fundação.
6. Face ao exposto e tendo verificado que a Fundação foi administrada de acordo com a lei e os estatutos, somos de parecer:
  - a) Que aproveis o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2015.
  - b) Que aproveis o Relatório da Administração e a proposta de aplicação de resultados.

Faro, 31 de Março de 2016

O Conselho Fiscal

  
(Manuel Alexandre)

  
(Vítor Cunha)



## 5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS





## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela Administração da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

### RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Instituição, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, são suficientemente esclarecedores da situação da Instituição e satisfazem as disposições legais em vigor.




## PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Albufeira, 31 de março de 2016



Domingos Barão, José Silva & Daniel Vicente, SROC n.º 108  
Representada por Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041



## 6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 7.197.723 euros e um total de fundo de capital de 2.153.144 euros, incluindo um resultado líquido de 30.443 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

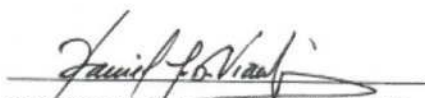
#### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Albufeira, 31 de março de 2016



Domingos Barão, José Silva & Daniel Vicente, SROC n.º 108  
Representada por Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041





## ANEXO

### 1 – Identificação da Entidade:

#### 1.1 - Designação da entidade

Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social

#### 1.2 – Sede

Rua José de Matos Lt 19/20 – r/ch, 8000 Faro

#### 1.3 - Natureza da atividade

A Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social é uma entidade sem fins lucrativos constituída em 1996 exercendo a atividade de apoio à infância e à saúde.

### 2 – Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo – NCRF-ESNL-, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2014.

### 3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### **3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.

### **3.2 – Outras políticas contabilísticas**

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Os bens do ativo fixo tangíveis atribuídos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade.

Os terrenos encontram-se mensurados pelo modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

#### **Inventários**

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor líquido realizável é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.



Uma ESNL pode deter inventários cujo contributo para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade ou os serviços potenciais que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade da entidade gerar fluxos de caixa, designadamente nos casos em que a ESNL distribui certas mercadorias sem contrapartida.

Nestes casos, os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade ou os serviços potenciais dos inventários são refletidos através da quantia que a entidade teria de pagar para comprar inventários equivalentes. Assi, estes inventários são mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo

### **Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) Ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

### **3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

### **3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.



#### 4 – Fluxos de caixa

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

##### 4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	Conta	2015	2014
Caixa			
Caixa - Escritório Faro	112	1.088,69	1.367,00
Caixa - Escritório Olhão	113	661,16	552,25
Caixa - Escritório Montenegro	119	351,71	517,92
Caixa - UCCI Estoi	1120	347,85	565,59
<b>Total Caixa</b>		<b>2.449,41</b>	<b>3.002,76</b>
Depósitos à ordem			
Montepio Geral	1201	256,36	9.126,36
Caixa Geral Depósitos	1202	63.385,58	6.795,97
Bes - 4847 (pares)	1204	270,34	35,04
BES - 6514	1205	84.652,12	67.025,48
BPG	1206	38,02	38,02
Bes - 4928 (UCCI Estoi)	1207	246,06	61.282,35
<b>Total Depósitos à ordem</b>		<b>148.848,48</b>	<b>144.303,22</b>
<b>Caixa e seus equivalentes</b>		<b>151.297,89</b>	<b>147.305,98</b>

#### 5 – Ativos fixos tangíveis

##### 5.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

- a) Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho;
- d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro:

*[Handwritten signature]*

	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	721.782,45	108.000,00	-	-	-	829.782,45
Edifícios e outras construções	5.564.916,84	576.551,16	-	22.613,23	-	6.164.081,23
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	119.710,95	8.568,77	-	-	-	128.279,72
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	356.228,36	39.028,19	-	-	-	395.256,55
Outros activos fixos tangíveis	181.330,93	1.217,51	-	-	-	182.548,44
<b>Total</b>	<b>6.943.969,53</b>	<b>733.365,63</b>	<b>-</b>	<b>22.613,23</b>	<b>-</b>	<b>7.654.721,93</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	481.236,65	129.804,51	-	22.613,23	-	633.654,39
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	111.310,21	4.392,32	-	-	-	115.702,53
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	158.410,85	47.243,03	-	-	-	205.653,88
Outros activos fixos tangíveis	168.636,69	4.507,26	-	-	-	173.143,95
<b>Total</b>	<b>919.594,40</b>	<b>185.947,12</b>	<b>-</b>	<b>22.613,23</b>	<b>-</b>	<b>1.128.154,75</b>

## 6 – Ativos fixos intangíveis

### 6.1 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis:

- Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição;
- Os ativos intangíveis são amortizados pelo método de linha reta (quotas constantes), a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso;
- Vida útil estimada situa-se num período que varia entre os 3 e 5 anos;
- Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e outras alterações:

	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	3.217,00	3.250,00	-	-	-	6.467,00
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.217,00</b>	<b>3.250,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.467,00</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	1.493,22	580,70	-	-	-	2.073,92
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.493,22</b>	<b>580,70</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.073,92</b>



	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	2.717,00	500,00	-	-	-	<b>3.217,00</b>
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.717,00</b>	<b>500,00</b>	-	-	-	<b>3.217,00</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	1.277,10	216,12	-	-	-	<b>1.493,22</b>
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.277,10</b>	<b>216,12</b>	-	-	-	<b>1.493,22</b>

## 7 – Inventários

### 7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

- a) **As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.**

Os inventários são mensurados ao custo ou, se inferior, pelo valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

Os custos de compra de inventário incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos da compra.

- b) **A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;**



### Custo das mercadorias vendida e das matérias consumidas

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	210.147,77	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>210.147,77</b>	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				210.147,77
Variações nos inventários da produção				-

## 8 – Rédito

### 8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para o outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- a fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O redito de juros é reconhecido utilizando o método de juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



## 8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Descrição	2015	2014
<b>Vendas</b>	-	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>955.342,73</b>	<b>881.872,86</b>
Quotas dos utilizadores Educação	689.610,18	648.726,77
Quotas dos utilizadores Saúde	265.732,55	233.146,09
<b>Subsídios,doações e legados à exploração</b>	<b>1.717.105,76</b>	<b>1.697.543,24</b>
Seg. Social- Infância e Juventude	897.986,97	901.416,94
Seg. Social- Saúde - Enc. c/ apoio social	266.481,48	251.253,04
Seg. Social- Saúde - Fraldas	18.329,68	16.735,04
Seg. Social- Saúde - Reembolso funeral	-	419,45
ARS Algarve	438.338,46	404.389,75
Autarquias	5.000,00	-
IEFP	80.940,22	115.198,36
POPH	10.028,95	8.130,66
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>59.912,08</b>	<b>61.526,74</b>
Rend. Suplementares	1.346,17	3.871,54
Descontos Obtidos	-	-
Rend. E Ganhos em Investimentos	29.405,54	29.405,54
Outros	29.160,37	28.249,66
<b>Juros, Dividendos e outros rendimentos</b>	<b>27,85</b>	<b>44,14</b>
Juros	27,85	44,14
<b>Total</b>	<b>2.732.388,42</b>	<b>2.640.986,98</b>

## 9 – Subsídios

Os subsídios do governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais. Subsequentemente, relativamente aos subsídios relacionados com ativos depreciáveis, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Relativamente aos subsídios para ativos não depreciáveis, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a empresa apresentava nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios:

Para manter os apoios e subsídios do governo deverão ser mantidas as condições definidas nos contratos e não existirem dívidas ao estado, nem à segurança social.

Descrição	2015	2014
Subsídios		
Sub. Para invest. Pares - Construção	224.246,87	229.343,29
Sub. Para invest. - CMF	238.596,21	244.018,85
Sub. Para invest. Pares - Prog. Modelar UCCI Estoi	716.250,00	731.250,00
<b>Total</b>	<b>1.179.093,08</b>	<b>1.204.612,14</b>

## 10 – Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

### Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar apresentava a seguinte decomposição:

Fornecedores		
Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	183.987,50	175.630,49
<b>Total</b>	<b>186.002,50</b>	<b>177.644,49</b>

Clientes		
Descrição	2015	2014
Clientes c/c	37.821,98	45.143,86
<b>Total</b>	<b>37.821,98</b>	<b>45.143,86</b>

### Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	40.825,31	
Outros Impostos e Taxas	-	
<b>Total</b>	<b>40.825,31</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	10.715,00	16.644,94
Segurança Social	25.121,48	44.793,72
Caixa Geral de Aposentações	465,66	5.996,95
Outros Impostos e Taxas	2.471,62	1.953,97
<b>Total</b>	<b>38.773,76</b>	<b>69.389,58</b>

*[Handwritten signature]*

### Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Outras Despesas c/ C. Diferido	4.873,48	3.225,68
<b>Total</b>	<b>4.873,48</b>	<b>3.225,68</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Mais Valia do Lease-Back	205.838,73	235.244,27
<b>Total</b>	<b>205.838,73</b>	<b>235.244,27</b>

### Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Caixa	2.449,41	3.002,76
Depósitos à ordem	148.848,48	144.303,22
<b>Total</b>	<b>151.297,89</b>	<b>147.305,98</b>



## Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	190.300,67	3.459.842,12	3.650.142,79	65.991,00	3.075.075,60	3.141.066,60
Outros Empréstimos		122.130,21	122.130,21		122.130,21	122.130,21
<b>Total</b>	<b>190.300,67</b>	<b>3.581.972,33</b>	<b>3.772.273,00</b>	<b>65.991,00</b>	<b>3.197.205,81</b>	<b>3.263.196,81</b>

## Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Fundo Patrimonial apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos	239.423,00	-	-	<b>239.423,00</b>
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	789.196,38	2.986,37	-	<b>792.182,75</b>
Resultados transitados	(144.739,50)	56.740,98		<b>(87.998,52)</b>
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.204.612,24	-	(25.519,16)	<b>1.179.093,08</b>
<b>Total</b>	<b>2.088.492,12</b>	<b>59.727,35</b>	<b>(25.519,16)</b>	<b>2.122.700,31</b>

## 11 – Benefícios dos empregados

### 11.1 – Número médio de empregados durante o ano

	2015	2014
Funcionários Dependentes	124	112
Funcionários Independentes	22	23
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>135</b>

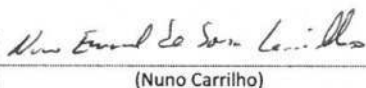
## 11.2 – Informação sobre remunerações

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.346.193,15	1.215.294,31
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	208.774,46	244.227,57
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.973,89	6.563,98
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	12.016,85	6.222,53
<b>Total</b>	<b>1.574.958,35</b>	<b>1.472.308,39</b>

Faro, 31 de março de 2016

A Administração

  
(Luís Coelho)

  
(Nuno Carrilho)

  
(Fernando Marques)

A Contabilista Certificada

  
(Ana Martins)